



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

**XXXVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

PRIMEIRA PROVA ESCRITA DISCURSIVA – 2ª etapa
27 de julho de 2013

PROVA ESCRITA DE DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO CIVIL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO EMPRESARIAL, DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA.

INSTRUÇÕES

- 1- Cada pergunta terá peso 1 (um).
- 2- Não há necessidade de transcrever a pergunta na folha de respostas.
- 3- Numere as respostas de acordo com as questões.
- 4- Utilize exclusivamente caneta de tinta azul ou preta indelével, de qualquer espécie, vedado o uso de líquido corretor de texto ou caneta hidrográfica fluorescente. Na hipótese de erro, o candidato **deverá utilizar a palavra “digo”**, não podendo, em qualquer circunstância, riscar o texto errado.
- 5- Não rubrique e não assine a prova. Não faça qualquer marca que possibilite identificação. A identificação da prova implicará na eliminação do candidato.
- 6- Eventual rascunho não será considerado para atribuição de nota. Caso deseje valer-se de rascunho, solicite ao fiscal de sala folhas avulsas.
- 7- Poderá haver consulta à legislação desacompanhada de anotação ou comentário, vedada a consulta a obras doutrinárias, súmulas e orientação jurisprudencial. Em nenhuma hipótese poderá o candidato valer-se de material de outrem ou de textos extraídos da Internet. A proibição abrange, inclusive, anotações com caneta marca texto.
- 8- O tempo de duração da prova será de 04 (quatro) horas e o candidato somente poderá retirar-se da sala após a primeira hora do início, podendo levar a sua folha de questões.
- 9- Não será prestado nenhum esclarecimento sobre o enunciado das questões ou sobre o modo de resolvê-las.
- 10- Será automaticamente eliminado do concurso o candidato que for encontrado, durante a realização da prova, portando telefone celular, “pager” ou qualquer outro meio eletrônico de comunicação, bem como de computador portátil, inclusive “palms” ou similares, mesmo que desligados ou sem uso.
- 11- Não será permitido ao candidato fumar durante a realização da prova de acordo com a Lei Estadual nº 13.541, de 07 de maio de 2009.
- 12- Os 2 (dois) últimos candidatos, que permanecerem na sala, deverão aguardar o recolhimento da última prova para, então, deixarem juntos o local.
- 13- O candidato que quiser poderá assistir à desidentificação da prova na sala 101, 1º andar.

COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA

TITULARES

DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO CAROLINO - Presidente
JUIZ ANTERO ARANTES MARTINS
ADVOGADO GERALDO BARALDI JUNIOR – OAB

SUPLENTES

JUÍZA MARGOTH GIACOMAZZI MARTINS
JUÍZA THEREZA CHRISTINA NAHAS
ADVOGADO CARLOS CARMELO BALARÓ - OAB



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

QUESTÃO 1

O empregado "A" propõe reclamação trabalhista contra a empresa "B" alegando que é portador de doença profissional e que vem recebendo auxílio-doença acidentário do órgão previdenciário, embora o empregador não tenha emitido o Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT), vez que sua doença foi caracterizada como "profissional" pela aplicação no Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP). Postula indenização por danos materiais e morais decorrentes da doença.

Em defesa o empregador "B" aduz que não há nexo causal entre a doença do empregado e a profissão exercida e/ou o meio ambiente de trabalho, negando, assim, a qualificação de "doença ocupacional" e, com este fundamento, postula que se reconheça a ausência de responsabilidade civil.

Diante da situação hipotética acima responda objetivamente e nesta ordem:

- A) É possível a caracterização do nexo causal, e por consequência, da doença profissional, com a utilização do NTEP para as ações de reparação civil decorrentes de doença profissional?
- B) Fundamente a resposta anterior.
- C) Na hipótese fictícia acima, é cabível a produção de prova pericial para discussão do nexo de causalidade entre a doença e a atividade do empregado? Se afirmativa a resposta, de quem é o ônus da prova?

QUESTÃO 2

O Trabalhador "T", operário da construção civil, foi contratado para trabalhar das 8:00 às 17:00 horas com 1:00 hora de intervalo.

Determinado dia, depois de cumprir integralmente sua jornada de trabalho, recebeu ordem de seu superior hierárquico imediato no sentido de realizar prorrogação desta até às 22:00 horas, sob o fundamento de que havia necessidade de concluir serviço inadiável (conclusão da laje de concreto de um edifício em construção).

A inexecução do trabalho acarretaria enorme prejuízo ao empregador face à perda do material já concretado.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

“T”, alegando esgotamento físico, recusa o cumprimento da ordem e deixa o local de trabalho no término de sua jornada normal (17:00 horas).

Sabe-se que não há acordo de prorrogação de horas firmado entre as partes ou norma coletiva versando sobre o tema.

Diante da situação hipotética acima responda objetivamente e nesta ordem:

- A) Há falta grave do empregado?
- B) Fundamente a resposta anterior.

QUESTÃO 3

Responda objetivamente e nesta ordem:

- A) É cabível ação monitória na Justiça do Trabalho?
- B) Qual o requisito para interposição de ação monitória?
- C) Qual (is) o (s) título (s) executivo (s) produzido(s) na ação monitória?

QUESTÃO 4

Empresa X é condenada em ação trabalhista proposta por trabalhador Y a pagar-lhe as verbas integrantes do título executivo judicial. Revel no processo de conhecimento, não obstante ter sido intimada da sentença, deixa transcorrer o prazo recursal e a decisão transita em julgado. Iniciada a execução, quando citada, a devedora ingressa com petição onde requer a nulidade dos atos processuais, aduzindo que não foi citada para a ação, impugna os valores e o direito ao crédito, e pede, caso não seja acolhida sua preliminar, que lhe seja facultado os benefícios do art. 745-A do Código de Processo Civil, pois passa por dificuldades financeiras e não tem condições de honrar com o pagamento da dívida. O juiz ao receber a petição, determina que o credor se manifeste.

Diante da situação hipotética acima responda objetivamente e nesta ordem:

- A) Agiu corretamente o juiz?
- B) Fundamente a resposta anterior.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

QUESTÃO 5

Empregado "A" foi contratado em 1º de fevereiro de 2004 para o cargo de Gerente em determinada Financeira; no mês de julho de 2006, quando o seu salário base era de R\$ 10.000,00, a empresa alterou o objeto social passando a atuar como Banco, ocasião em que o trabalhador foi enquadrado às disposições do §2º do artigo 224 da CLT e, simultaneamente, fez o seguinte ajuste no seu contrato de trabalho: salário base: R\$ 6.000,00; gratificação de função: R\$ 4.000,00, totalizando o valor de R\$ 10.000,00; no dia 5 de outubro de 2007 o empregado afastou-se em razão de acidente de trabalho, tendo retornado apenas no dia 6 de setembro de 2008. Dispensado no dia 10 de junho de 2013, distribuiu ação trabalhista um mês após pleiteando as diferenças salariais e reflexos em razão da nulidade da alteração contratual havida no mês de julho/06.

Com estes dados, responda de forma objetiva, na ordem e fundamentadamente:

- A) Há prescrição a ser declarada?
- B) É válida a alteração salarial procedida pelo empregador?

QUESTÃO 6

Empregada "A" foi afastada do trabalho por 30 dias em razão do agravamento de doença degenerativa, ocasião em que recebeu o auxílio-doença. Quarenta e cinco dias após o término do citado benefício, foi concedido novo auxílio por conta da mesma doença, cujo afastamento se prolongou por 1 (um) ano. No sexto mês do segundo afastamento, deu a luz ao seu primeiro filho. Retornou ao trabalho com uma série de limitações, sendo reabilitada em outro cargo. A empregadora "Y", que tem 150 empregados e 2 (dois) outros trabalhadores portadores de deficiência, dispensou-a 30 dias após o seu retorno.

Com estes dados, responda de forma objetiva, na ordem e fundamentadamente:

- A) A empresa deve pagar os primeiros 15 dias do segundo período de afastamento?
- B) Há possibilidade de receber cumulativamente os benefícios de auxílio-doença e salário-maternidade?
- C) É válida a dispensa ocorrida?



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

QUESTÃO 7

Responda objetivamente:

- A) Na ação de execução por multa administrativa decorrente de infração de dispositivo contido na Consolidação das Leis do Trabalho aforada pela União Federal (Fazenda Nacional) contra empresa privada, é cabível a aplicação de prescrição intercorrente?
- B) Em caso afirmativo, em que prazo?
- C) Fundamente as respostas anteriores, com a incidência ou não de regramentos legais correspondentes à prescrição.

QUESTÃO 8

O empregado “E” propõe reclamação trabalhista postulando rescisão indireta do contrato de trabalho e pagamento de verbas rescisórias daí decorrentes, além do pagamento de horas extras. Informou que aguardaria o julgamento do feito trabalhando na empresa como lhe faculta a Lei.

Após a contestação da ré, o reclamante foi dispensado sem justa causa e recebeu as verbas rescisórias, noticiando este fato nos autos e juntando o Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho respectivo.

O Juízo entendeu a manifestação intempestiva e inoportuna a juntada de documento depois de já contestada a lide e determinou seu desentranhamento.

Na sentença, julgou o pedido de rescisão indireta procedente determinando o pagamento das verbas rescisórias correspondentes e o pedido de horas extras improcedente. Em sede de embargos declaratórios, a reclamada juntou o Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho e postulou esclarecimentos quanto à rescisão contratual que já estava operada.

Ato contínuo, o julgador acolheu os embargos de declaração e declarou extinta, sem resolução do mérito, a pretensão de rescisão indireta do contrato de trabalho e verbas rescisórias daí decorrentes.

Diante desta hipótese fática responda objetivamente e nesta ordem:

- A) Agiu corretamente o Juiz?
B) Fundamente a resposta anterior.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

QUESTÃO 9

Concedido auxílio-doença acidentário ao empregado "A" em 08/08/1998, permaneceu este afastado de seu posto de trabalho até que, em 08/08/2008 o benefício foi convertido em aposentadoria por invalidez. Em 11/11/2011 o empregado "A" ajuizou reclamação trabalhista contra o empregador "E" noticiando que o reclamado não vem realizando os depósitos de FGTS do período de afastamento, e postula a condenação em parcelas vencidas e vincendas.

Regularmente citado, "E" comparece em audiência e alega em contestação prescrição bienal (a contar da concessão da aposentadoria por invalidez) e, sucessivamente, quinquenal. No mérito, sustenta que não está obrigado a realizar os depósitos de FGTS durante o afastamento do empregado na medida em que o contrato de trabalho está suspenso.

Diante da situação hipotética acima responda objetivamente e nesta ordem:

- A) Há prescrição? Em caso afirmativo em que prazo?
- B) Fundamente a resposta anterior.
- C) Não havendo prescrição, qual o resultado do julgamento do mérito da lide?
- D) Fundamente a resposta anterior.

QUESTÃO 10

Empresa Metalúrgica X estabelecida na Capital, em razão de reestruturação em sua organização interna, transfere sua unidade para o Município Y a 300 km de onde antes estava localizada. Em razão do encerramento de suas atividades na Capital, extingue o contrato de trabalho de todos os seus trabalhadores, incluídos aí os dirigentes e representantes da CIPA que recebem indenizações iguais aos dos trabalhadores que não apresentavam qualquer garantia de emprego. Inconformado, o trabalhador cipeiro, representante dos trabalhadores, ingressa com mandado de segurança pleiteando a garantia de emprego e, sucessivamente, a indenização correspondente caso seu pedido de estabilidade não seja reconhecido.

Diante da situação hipotética acima responda de forma objetiva, na ordem e fundamentadamente:

- A) Analise as questões relacionadas ao direito potestativo da empresa em promover tais rescisões contratuais.
- B) Analise o cabimento da ação Constitucional para a hipótese examinada.